

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota do autor à 10ª edição</i> .....	XV
<b>Capítulo I – O Surgimento do <i>Processo</i> na Resolução dos Conflitos</b> .....	1
1.1. Humanidade e Direito .....	1
1.2. A Ciência Jurídica e seu Objeto .....	3
1.3. As Teorias do Direito – Quadro Geral .....	6
1.3.1. A doutrina (teoria) idealista .....	7
1.3.2. O realismo jurídico .....	8
1.3.3. O realismo e o positivismo jurídico .....	9
1.3.4. O novo positivismo e o fenomenalismo .....	10
1.3.5. O formalismo jurídico irreducionista moderno .....	11
1.3.6. O estruturalismo jurídico .....	15
1.3.7. Síntese .....	17
1.4. Quadro Histórico das Modalidades de Resolução de Conflito – Autotutela. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Jurisdição. Processo – Da Barbárie às Sociedades Político-Democráticas de Direito .....	19
1.4.1. Autotutela .....	19
1.4.2. Autocomposição .....	20
1.4.3. Mediação e arbitragem .....	20
1.4.3.1. Período sacerdotal ou pré-romano .....	20
1.4.3.2. Período das <i>legis actiones</i> .....	21
1.4.3.3. Período formular – direito romano arcaico .....	21
1.4.3.4. Período formular – direito romano clássico .....	21
1.4.3.5. Período da <i>cognitio extra ordinem</i> – direito romano pós-clássico .....	22
1.5. Jurisdição – Aspectos Históricos .....	22
1.5.1. Arbítrio, discricionariedade, jurisdição .....	24
1.6. O Estado, o Processo e a Tutela Jurisdicional (Judicacional) .....	27
1.7. O Processo na Pós-Modernidade e a Jurisdição Constitucional – uma Visão Neoinstitucionalista do Processo (Teoria do Autor) .....	29
<b>Capítulo II – Da Técnica ao Direito Processual</b> .....	35
2.1. Generalidades – Epistemologia do Direito Processual .....	35

4.6.2.2. Princípio da publicidade .....	94
4.6.2.3. Princípio da lealdade processual .....	94
4.6.2.4. Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade .....	95
4.6.2.5. Princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas .....	96
4.7. Requisitos da Jurisdição: Atividade do Juiz (Judicação) .....	96
4.7.1. Requisito da investidura .....	96
4.7.2. Requisito da inércia .....	98
4.7.3. Requisito da aderência territorial .....	99
4.7.4. Requisitos da inafastabilidade, inevitabilidade e indelegabilidade .....	100
4.7.5. Requisito do juízo natural .....	101
4.7.6. Imparcialidade do juiz .....	102
4.7.7. Requisitos da persuasão racional do juiz, requisito da motivação das decisões judiciais e requisito do duplo grau de jurisdição .....	102
4.8. Lei e Norma .....	103
4.8.1. Teoria da norma .....	103
4.8.2. Norma material e norma processual .....	105
4.8.3. Eficácia da norma processual .....	105
4.9. Liquidez e Certeza na Processualidade Democrática .....	106
4.9.1. O processo instituinte do melhor argumento .....	106
4.9.2. Liquidez e certeza na processualidade constituinte .....	107
4.9.3. A qualidade executivo-constitucional de direitos .....	109
4.9.4. A autoexecutividade dos atributos de certeza e liquidez .....	110
4.9.5. O plano cognitivo de acerto dos direitos fundamentais .....	111
Capítulo V – Ciclo Histórico do Direito de ação e a Dinâmica do Processo .....	115
5.1. Ação e Direito de Ação .....	115
5.1.1. Teoria imanentista .....	116
5.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo .....	116
5.1.3. A ação como direito subjetivo, público e concreto .....	116
5.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato .....	117
5.2. Elementos Configurativos e Estruturais do Procedimento (Ação) .....	117
5.2.1. Elementos configurativos .....	117
5.2.2. Elementos estruturais .....	119
5.3. A Estrutura (Espaço-Tempo Procedimental) do Mérito .....	120
5.4. Convalidação dos Pressupostos Processuais .....	121
Capítulo VI – Processo de Conhecimento, Execução e Cautelar – Outros Procedimentos .....	123
6.1. Processo de Conhecimento – Noções .....	123
6.2. Processo de Conhecimento – <i>Preliminar e Mérito</i> .....	124
6.2.1. Articulação estrutural do processo .....	124
6.2.2. Matéria preliminar e matéria de mérito .....	126
6.2.3. A antecipação de tutela e o instituto da preliminar .....	129
6.2.4. Conclusões .....	132
6.3. Verossimilhança e Inequivocidade na Tutela Antecipada em Processo Civil .....	132
6.3.1. Abertura temática .....	132
6.3.2. Processo constitucional e jurisdição (judicação) .....	134
6.3.3. Conceito de tutela na teoria do processo .....	135
6.3.4. Verossimilhança e inequívocidade – tentativa de ressemantização .....	137
6.3.5. Conclusões .....	139
6.4. Fundado Receio de Dano Irreparável na Antecipação de Tutela no Processo Civil .....	140

4.6.2.2. Princípio da publicidade . . . . .	94
4.6.2.3. Princípio da lealdade processual . . . . .	94
4.6.2.4. Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade. . . . .	95
4.6.2.5. Princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas . . . . .	96
4.7. Requisitos da Jurisdição: Atividade do Juiz (Judicação) . . . . .	96
4.7.1. Requisito da investidura . . . . .	96
4.7.2. Requisito da inércia. . . . .	98
4.7.3. Requisito da aderência territorial . . . . .	99
4.7.4. Requisitos da inafastabilidade, inevitabilidade e indelegabilidade. . . . .	100
4.7.5. Requisito do juízo natural . . . . .	101
4.7.6. Imparcialidade do juiz. . . . .	102
4.7.7. Requisitos da persuasão racional do juiz, requisito da motivação das decisões judiciais e requisito do duplo grau de jurisdição. . . . .	102
4.8. Lei e Norma . . . . .	103
4.8.1. Teoria da norma . . . . .	103
4.8.2. Norma material e norma processual . . . . .	105
4.8.3. Eficácia da norma processual . . . . .	105
4.9. Liquidez e Certeza na Processualidade Democrática . . . . .	106
4.9.1. O processo instituinte do melhor argumento . . . . .	106
4.9.2. Liquidez e certeza na processualidade constituinte . . . . .	107
4.9.3. A qualidade executivo-constitucional de direitos . . . . .	109
4.9.4. A autoexecutividade dos atributos de certeza e liquidez. . . . .	110
4.9.5. O plano cognitivo de acerto dos direitos fundamentais . . . . .	111
Capítulo V – Ciclo Histórico do Direito de ação e a Dinâmica do Processo . . . . .	115
5.1. Ação e Direito de Ação . . . . .	115
5.1.1. Teoria imanentista . . . . .	116
5.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo . . . . .	116
5.1.3. A ação como direito subjetivo, público e concreto . . . . .	116
5.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato . . . . .	117
5.2. Elementos Configurativos e Estruturais do Procedimento (Ação) . . . . .	117
5.2.1. Elementos configurativos . . . . .	117
5.2.2. Elementos estruturais . . . . .	119
5.3. A Estrutura (Espaço-Tempo Procedimental) do Mérito . . . . .	120
5.4. Convalidação dos Pressupostos Processuais . . . . .	121
Capítulo VI – Processo de Conhecimento, Execução e Cautelar – Outros Procedimentos . . . . .	123
6.1. Processo de Conhecimento – Noções . . . . .	123
6.2. Processo de Conhecimento – <i>Preliminar e Mérito</i> . . . . .	124
6.2.1. Articulação estrutural do processo . . . . .	124
6.2.2. Matéria preliminar e matéria de mérito . . . . .	126
6.2.3. A antecipação de tutela e o instituto da preliminar . . . . .	129
6.2.4. Conclusões . . . . .	132
6.3. Verossimilhança e Inequivocidade na Tutela Antecipada em Processo Civil. . . . .	132
6.3.1. Abertura temática . . . . .	132
6.3.2. Processo constitucional e jurisdição (judicação) . . . . .	134
6.3.3. Conceito de tutela na teoria do processo. . . . .	135
6.3.4. Verossimilhança e inequívocidade – tentativa de ressemantização . . . . .	137
6.3.5. Conclusões . . . . .	139
6.4. Fundado Receio de Dano Irreparável na Antecipação de Tutela no Processo Civil. . . . .	140

6.4.1. Memória temática	140
6.4.2. Fundado receio (não presunção ou suposição)	142
6.4.3. Receio de dano irreparável	143
6.4.4. A questão insólita da irreparabilidade do dano	144
6.4.5. Conclusões	145
6.5. Antecipação de Tutela Legal em Face de Defesa Abusiva e Manifesto Propósito Protelatório na Teoria do Processo	145
6.5.1. Considerações introdutórias sobre a lei brasileira	145
6.5.2. Uso e abuso de defesa e fraude processual	146
6.5.3. Protelação e tempo legal	148
6.5.4. Conclusões	149
6.6. Processo de Execução, Cautelar e Outros Procedimentos – Noções	149
Capítulo VII – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos	155
7.1. Cúmulo – Concurso de Ações e Cumulação de Pedidos	155
Capítulo VIII – Atos Processuais e Prazos	157
8.1. Atos Processuais – <i>Ato Processual. Ato procedimental. Vícios. Nulidades</i>	157
8.2. Autos. Auto. Termo. Ata	158
8.3. Prazo – <i>O Tempo Legal. Preclusão. Perempção. Prescrição. Decadência</i>	158
Capítulo IX – Pretensão e Resistência no Processo Civil	161
9.1. Teoria da Pretensão e da Defesa no Processo Civil	161
9.1.1. Pretensão e defesa	161
9.1.2. <i>Due process</i> e contraditório	164
9.1.3. Direito de ação e ação (procedimento)	164
9.1.4. Ação e exceção	166
9.1.5. Excetividade das preliminares	167
9.1.6. Direito de ampla defesa e o direito ao advogado	168
9.1.7. Controle da jurisdição pelo advogado	169
9.2. Teoria da Prova – Sistemas Históricos	169
9.2.1. A prova na teoria do processo contemporâneo	171
9.2.1.1. Instituto jurídico da prova	171
9.2.1.2. A prova em direito	173
9.2.1.3. A prova e a estrutura procedimental	174
9.2.1.4. Cogitação democrático-constitucional do instituto da prova	175
9.2.1.5. Conclusões	177
9.2.2. Valoração e valorização da prova	178
9.3. Sentença e Coisa Julgada (Ainda na Concepção de Liebman)	179
9.3.1. A relativização inconstitucional da coisa julgada (concepção neoinstitucionalista)	181
9.3.1.1. Introdução	181
9.3.1.2. Distinção imprescindível: coisa julgada e sentença transitada	182
9.3.1.3. Coisa julgada e a exclusão da interditalidade	186
9.3.1.4. O mito da onipotência turbinada	187
9.3.1.5. O substancialismo anacrônico da <i>coisa julgada material</i>	188
9.3.1.6. Coisa julgada e devido processo	191
9.3.1.7. A ideologia tecnicista da modernidade	192
9.4. Recursos: Aspectos Históricos, Teóricos e Práticos	198
9.4.1. História	198
9.4.2. Duplo grau de jurisdição como duplo grau de competência	198

9.4.3. Conceito de recurso. . . . .	199
9.4.4. Aspectos tipológicos de recursos . . . . .	200
9.4.5. Impropriedades terminológicas no CPC. . . . .	201
9.4.6. Juízos de admissibilidade e de mérito. . . . .	201
9.5. Outros Aspectos Recursais . . . . .	203
9.5.1. Da legitimidade e interesses recursais . . . . .	203
9.5.2. Pressupostos do recurso (requisitos do recurso) . . . . .	203
9.5.3. Recursos em caso de litisconsórcio. . . . .	204
9.5.4. Fase da abordagem jurisdicional do recurso. . . . .	204
9.5.5. Recursos no processo civil reformado . . . . .	204
9.5.6. Recurso adesivo (art. 500, I e II, CPC) . . . . .	205
9.5.7. Recurso de terceiro prejudicado e o recurso do MP (art. 499 e parágrafos) . . . . .	205
9.5.8. Efeitos do recurso . . . . .	205
Capítulo X – Temas Significativos . . . . .	207
10.1. Judiciário: Poder ou Função. Órgãos . . . . .	207
10.2. Competência: Critérios Determinativos . . . . .	207
10.2.1. Considerações relevantes . . . . .	207
10.2.2. Competência absoluta e competência relativa . . . . .	212
10.3. Juiz. Juízo. Vara. Comarca. Foro. Fórum. Entrância. Instância . . . . .	213
Capítulo XI – A Judiciarização do Processo nas Últimas Reformas do CPC Brasileiro . . . . .	215
11.1. Introdução . . . . .	215
11.2. O Fetiche das Urgencialidades . . . . .	216
11.3. A Dialética da Desprocessualização . . . . .	218
11.4. Algumas Excecências da Lei n. 11.187, de 19.10.05 . . . . .	219
11.5. Algumas Excecências da Lei n. 11.232, de 22.12.05 . . . . .	219
11.6. Algumas Excecências da Lei n. 11.276, de 07.02.06 . . . . .	221
11.7. Algumas Excecências da Lei n. 11.277, de 07.02.06 . . . . .	222
11.8. Algumas Excecências da Lei n. 11.280, de 16.02.06 . . . . .	225
11.9. Conclusões . . . . .	226
Sinopse . . . . .	227
Bibliografia . . . . .	287